



PROJETO DE MANUTENÇÃO DE RODOVIAS DO ESTADO DO
AMAZONAS

**RELATÓRIO DE RESPOSTAS DA
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2026-CADA**

SEGMENTO: INFRAESTRUTURA

Governo do Estado do Amazonas

Governador do Estado

Wilson Miranda Lima

Vice-governador

Tadeu de Souza

Companhia Amazonense de Mobilização e Desenvolvimento de Ativos

Diretor Presidente

Acram Salameh Isper Jr

Diretora Administrativa

Juliana Girardi

Diretora Operacional

Mércia Monteiro

Elaboração:

Gerente Operacional - Coordenação

Karla Martins

Gerente Executivo - Líder

Alberto Ladeira

Assessoria Técnico-Econômica

Camilla Moraes

Coordenadora Jurídica

Flávia Brandi

Assessoria Técnico-Operacional

Samuel Mendes

1. Introdução

O presente Relatório consolida e sistematiza as manifestações colhidas no âmbito da Audiência Pública nº 001/2026, realizada em 11 de fevereiro de 2026, referente ao projeto de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade Concessão Administrativa, destinado à operação, restauração, conservação e manutenção do sistema rodoviário estadual composto pelos seguintes trechos: Lote 1 – AM-010; Lote 2 – AM-070; e Lote 3 – AM-254, AM-352 e AM-363.

A Audiência foi promovida pelo Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE, assessorada pela Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA, com a finalidade de assegurar a participação da sociedade civil, agentes econômicos, órgãos de controle e demais interessados, visando ao aprimoramento técnico, jurídico e econômico-financeiro dos documentos que estruturam o projeto de concessão.

Realizada de forma presencial, às 10h, no Auditório do Edifício The Place Business Center, em Manaus/AM, a sessão pública observou as regras estabelecidas no respectivo regulamento, garantindo a participação por meio de manifestações orais, mediante inscrição prévia, respeitada a capacidade do local. Os documentos que compõem o Projeto permaneceram previamente disponibilizados em *hotsite* específico, em observância aos princípios da transparência, publicidade e controle social.

Este Relatório tem por objetivo registrar formalmente as contribuições apresentadas durante a Audiência Pública, apresentando, de maneira organizada e sistematizada:

- A identificação do participante;
- A síntese da pergunta, sugestão ou manifestação apresentada;
- A respectiva resposta técnica elaborada pela equipe responsável pela modelagem do Projeto.

As contribuições foram organizadas e classificadas por temas, de modo a facilitar a análise e a consolidação das sugestões recebidas, podendo conter, quando necessário,

informações complementares que auxiliem na adequada compreensão do questionamento e da resposta apresentada.

Com este documento, busca-se conferir transparência ao processo participativo, demonstrar o tratamento técnico conferido às contribuições recebidas e reforçar o compromisso do Estado do Amazonas com a governança responsável, a participação social qualificada e o aperfeiçoamento contínuo da modelagem da Parceria Público-Privada.

2. Síntese da Audiência Pública

A Audiência Pública foi iniciada com a fala do Presidente da Mesa, Acram Isper Jr, que registrou agradecimentos institucionais às autoridades e ao corpo técnico presente. Em sua manifestação, destacou o caráter prioritário do projeto, ressaltando o esforço institucional e político empreendido, com suporte do Conselho Gestor, da Casa Civil, da UGPE e das equipes técnicas envolvidas. Enfatizou, ainda, a relevância do projeto por abranger rodovias consideradas vetores de desenvolvimento econômico, de circulação de pessoas e mercadorias e de impacto direto sobre os municípios atendidos.

Na sequência, Karla Martins, gerente operacional da Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos (CADA), assumiu a condução dos trabalhos, apresentando os objetivos da audiência: expor os aspectos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros do projeto e receber contribuições para o aprimoramento da modelagem, conforme a legislação aplicável e as boas práticas relacionadas a projetos de parceria público-privada. Informou-se que a sessão seria registrada em áudio e vídeo e que a participação dos presentes implicaria autorização para utilização dos registros pelo Governo do Estado do Amazonas, nos termos do regulamento.

Em seguida, procedeu-se à abertura formal e à composição da mesa, integrada por: Marcellus José Barroso Campêlo, Presidente da Audiência, Coordenador Executivo da UGPE e Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDURB); Acram Salameh Isper Jr, Vice-Presidente da audiência e Diretor-Presidente da CADA; Vivaldo Michiles, Secretário de Estado de Administração e Gestão (SEAD); e Maria Goreth dos Santos Vieira, representante da Casa Civil. Os integrantes da mesa

realizaram manifestações iniciais, com registro da importância do projeto e do compromisso institucional com a transparência e a participação social.

Na continuidade, foi realizada a leitura dos principais dispositivos do Regulamento da Audiência Pública nº 001/2026-CADA, que disciplina a sessão destinada à apresentação do projeto de concessão das rodovias AM-010, AM-070, AM-254, AM-352 e AM-363, bem como ao recebimento de contribuições para aperfeiçoamento da modelagem. Registrou-se que os documentos do projeto e o regulamento estavam disponíveis no *hotsite* oficial, e que a convocação da audiência ocorreu por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, em jornal de grande circulação e no *site* do projeto. A sessão foi realizada em formato presencial, com início às 10h, observada a capacidade do auditório e a prioridade aos previamente inscritos.

Foram detalhadas as modalidades de participação, admitindo-se manifestações verbais e escritas. Estabeleceu-se que as manifestações orais seriam realizadas mediante inscrição eletrônica, com duração máxima de 3 (três) minutos, respeitada a ordem de inscrição e o tempo total da audiência, limitado a 3 (três) horas. As manifestações escritas poderiam ser apresentadas durante a sessão, por meio físico ou eletrônico.

Consignou-se que as contribuições seriam registradas, analisadas e agrupadas por tema, com posterior consolidação em relatório de respostas a ser publicado no *hotsite* em até 20 (vinte) dias após o encerramento da audiência. Destacou-se, ainda, a observância da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) no tratamento de dados pessoais, bem como a lavratura de ata e a publicação de extrato no Diário Oficial do Estado, cabendo à mesa deliberar sobre eventuais casos omissos.

Após a leitura do regulamento, foi realizada apresentação do especialista convidado da Fundação Getulio Vargas (FGV), Joelson Sampaio, com exposição de panorama sobre concessões e PPPs rodoviárias no Brasil.

Na sequência, ocorreu a exposição técnica do projeto de Parceria Público-Privada, elaborada pela CADA, apresentada pela Diretora Operacional da CADA, Mércia Monteiro. Inicialmente, foram apresentadas as atribuições institucionais da CADA e da UGPE, com destaque para sua atuação na estruturação de projetos prioritários, concessões e parcerias voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas.

A apresentação técnica contemplou visão geral da modelagem proposta, consistente em concessão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) anos, sem cobrança de pedágio, das rodovias AM-010 (Lote 1), AM-070 (Lote 2) e AM-254, AM-352 e AM-363 (Lote 3). Foram expostos os objetivos do projeto, incluindo melhoria da infraestrutura viária, incremento da segurança, eficiência logística, estímulo ao desenvolvimento regional, geração de emprego e renda, modernização tecnológica, benefícios ambientais e garantia de manutenção contínua da malha rodoviária.

Apresentaram-se o mapeamento das rodovias e sua integração com as sedes municipais, bem como diagnóstico técnico das condições atuais, realizado a partir de vistorias e classificação do estado de conservação. Foram detalhados os serviços previstos ao longo da concessão, abrangendo atividades de operação, conservação, monitoramento e gestão ambiental e social, além da implantação de sistema operacional com central de controle, estrutura de socorro e resgate, vigilância patrimonial e manutenção de infraestrutura.

O cronograma de intervenções foi sintetizado em fases: trabalhos iniciais (1º ao 2º ano), restauração (3º ao 5º ano) e manutenção contínua (6º ao 30º ano), com previsão de seguros e garantias ao longo de todo o período contratual.

No tocante aos aspectos econômico-financeiros, foram apresentados parâmetros de OPEX e estimativas de *payback* para cada lote, evidenciando a viabilidade do modelo. Por fim, foram expostos os elementos centrais da modelagem jurídica, com previsão de licitação por concorrência pública, critério de julgamento pelo menor valor de contraprestação pública, constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), exigência de garantias e seguros, e participação de empresas nacionais e estrangeiras, isoladamente ou em consórcio.

Encerrada a apresentação técnica, iniciou-se a etapa de manifestações orais, conforme o regulamento, reafirmando-se o limite de 3 (três) minutos por participante, sem apartes, e a exigência de pertinência temática das contribuições ao objeto da audiência. Informou-se que a ordem das falas observaria a sequência de inscrições realizadas por formulário eletrônico, com chamamento nominal dos participantes.

No item 3 deste relatório, encontram-se transcritas as manifestações e contribuições apresentadas durante a etapa de participação oral, bem como as respectivas respostas técnicas fornecidas pela equipe responsável pela modelagem do projeto.

A Audiência Pública contou com a presença de **44 (quarenta e quatro) participantes**, dentre representantes de órgãos públicos, entidades de classe, setor produtivo e sociedade civil.

Com o encerramento da etapa de participação oral, registrou-se que todas as manifestações, orais e escritas, foram devidamente registradas para análise técnica. Informou-se que as contribuições serão sistematizadas e agrupadas por tema, com elaboração de relatório consolidado contendo as respectivas respostas técnicas, a ser publicado no *site* institucional da Companhia, em área específica do projeto, no prazo de até 20 (vinte) dias após a realização da audiência. Registrou-se, ainda, que a ata da sessão será disponibilizada no referido *site*, com publicação de extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

Ao final, as autoridades presentes agradeceram a participação de representantes institucionais, equipe técnica e sociedade civil, destacando a relevância das contribuições para o aprimoramento do projeto. Reiterou-se o caráter estratégico da iniciativa para o desenvolvimento regional e a importância da implantação de política estruturada de manutenção e gestão da infraestrutura viária ao longo do prazo contratual, reafirmando-se o compromisso com a transparência, a participação social e a continuidade do processo. Por fim, a audiência pública foi formalmente declarada encerrada.

3. Manifestações orais e respostas

Esta seção apresenta as manifestações orais efetivamente registradas durante a Audiência Pública, classificadas por tema, conforme consignado na ata da sessão e nos registros oficiais em áudio e vídeo.

Esclarece-se que, no âmbito da audiência pública, foram registradas exclusivamente as manifestações apresentadas pelos participantes durante a fase de participação oral, nos termos do Regulamento da Audiência Pública.

Para fins de maior clareza e compreensão, as perguntas e respectivas respostas foram redigidas de forma mais estruturada, preservando-se integralmente o conteúdo e o sentido das manifestações registradas durante a audiência.

A seguir, apresenta-se a íntegra das manifestações pela sociedade civil no curso da sessão, acompanhadas da respectiva contextualização técnica, quando pertinente, observando-se fielmente o conteúdo registrado durante a audiência.

Tema: recursos da contraprestação

Participante: Alexandre Claro

Bom dia a todos. Algumas dúvidas já foram esclarecidas, mas gostaria de perguntar: Os recursos investidos para a empresa que fizer a PPP virão diretamente do Governo do Estado?

Resposta: Como se trata de PPP, há duas modalidades principais: concessão com remuneração via pedágio (tarifa) ou via contraprestação pública. No caso, é contraprestação: o recurso vem do Estado para a rodovia, em substituição ao que ele gastaria diretamente com manutenção por vários contratos. Aqui, há um contrato único com indicadores e governança para pagamento da contraprestação conforme desempenho.

A alternativa seria receita tarifária dos usuários, mas, por questões de fluxo, não faria sentido — em rodovias com menor fluxo, a tarifa poderia ficar inviável. Por isso, opta-se pela PPP com contraprestação

A seguir, apresenta-se a íntegra das manifestações encaminhadas pela sociedade civil no curso da sessão, acompanhadas da respectiva contextualização técnica quando pertinente, observando-se fielmente o conteúdo registrado durante a audiência.

Tema: relatórios ambientais e licenciamento

Participante: Franciner Goes de Souza

Bom dia! Gostaria de saber sobre os relatórios técnicos ambientais direcionados às pavimentações: ocorrerão gradativamente ou apenas ao final do ano?

Resposta: Quanto ao licenciamento ambiental, o empreendimento segue o rito de um empreendimento convencional. Nos trabalhos iniciais após a concessão, há previsão de custos para execução desses relatórios e diálogo com o órgão ambiental para definição de metodologia, prazos e exigências. Ou seja, no início da concessão, junto ao órgão ambiental, serão definidos os aspectos ambientais, as licenças e a forma de apresentação dos relatórios. Também há previsões relacionadas a relatórios anuais dentro do escopo dos trabalhos iniciais e da operação.

Participante: Otacílio Cardoso

Bom dia a todos. Meu posicionamento vai ao encontro do Francinei. Vi no monitoramento ações de gestão socioambiental. A contribuição é: o projeto é interessante, e é uma saída para manutenção das rodovias, mas é importante atenção ao licenciamento. Nas intervenções e na manutenção, será necessário licenciamento, e isso deve estar previsto, não apenas ações de educação ambiental. As rodovias têm características distintas (AM-010, AM-070, AM-352 etc.). Em algumas ações, pode ser exigida passagem de fauna, por exemplo. Precisamos estar atentos.

Resposta: Não foi uma pergunta propriamente dita, mas uma contribuição. Registrado. Obrigada pela contribuição, muito relevante.

Participante: André Lobato (técnico do IPAAM)

Bom dia. Trabalho com licenciamento de obras públicas. Primeira pergunta: praticamente todas essas rodovias já possuem processos de licenciamento ambiental, hoje analisados com a SEINFRA. Como será a cooperação, considerando temas como terras indígenas, APAs e unidades de conservação? Isso já foi tratado e teria que perdurar e ser tratado novamente.

Resposta: Já é do nosso conhecimento que essas rodovias têm processos de licenciamento ambiental. No início da concessão, quando o concessionário começar a

operar, serão necessárias adequações em alguns licenciamentos e, em alguns casos, retomar processos. Haverá diferença porque o concessionário apresentará projetos com visão de 30 anos, e não apenas de uma rodovia já implantada. Isso envolve peças técnicas e memoriais com planejamento de longo prazo, incluindo quando executar ampliações, travessias de fauna e flora etc.

As rodovias já são trabalhadas anualmente com licenciamentos pontuais. A diferença agora é o plano de 30 anos, a ser apresentado pela futura vencedora da licitação. Se houver impacto ambiental e a necessidade de consulta a comunidades tradicionais, elas serão ouvidas, conforme prevê a legislação.

Tema: projetos executivos e fiscalização eletrônica

Participante: Mesaque Oliveira (CREA-AM)

Bom dia. Parabenizo o Governo do Estado pela iniciativa do projeto tão importante e inédito para o Estado. Sabemos do número de acidentes e problemas de pavimento e sinalização. Minha pergunta: já existe projeto de pavimento e sinalização viária? Está prevista fiscalização eletrônica?

Resposta: Os projetos executivos das fases de intervenção serão desenvolvidos nos trabalhos iniciais do contrato, com participação dos entes necessários. Haverá intervenções imediatas (especialmente para problemas de sinalização) e planejamento para os 30 anos.

Quanto à fiscalização eletrônica: é prevista no lote da AM-070; no terceiro lote (AM-352 e outras) não está prevista, mas na AM-070 sim e em parte da AM-010.

É comum em concessões e PPPs: a exigência contratual é por indicadores e níveis de serviço. A concessionária apresenta projetos, que são avaliados. Isso aloca risco na empresa, pois ela não pode alegar que 'apenas executou um projeto ruim'. A exigência é a qualidade e os indicadores; se necessário, há reapresentação.

Esta fase é de estudos. Ainda não se trata de projeto executivo aprovado pelo Poder Executivo. Estamos apresentando os estudos.

Tema: interferências com infraestrutura existente

Participante: Rogério Kobayashi (CIGÁS)

Bom dia. Na AM-010 já temos infraestrutura construída dentro da faixa de servidão. Com a PPP, como lidar com interferências caso haja obra de ampliação? Como será a interface com concessionária e usuários?

Resposta: No CAPEX há um item 'Obras de Melhorias e Ampliações', aplicável sobretudo à AM-010. O estudo prevê implantação de faixas de ultrapassagem e acostamento, o que implica potencial interferência com infraestrutura da CIGÁS. Nos trabalhos iniciais, com desenvolvimento dos projetos, será necessária a interação do concessionário com a CIGÁS para definir a melhor alternativa de engenharia. Há previsão de ampliação da caixa viária e isso será tratado nos trabalhos iniciais.

A orientação do governador Wilson Lima é clara: não criar entraves ao desenvolvimento econômico. Grandes parceiros que atuam nessas rodovias serão consultados. Obras e melhorias serão feitas com diálogo transparente, ouvindo a iniciativa privada. Não faremos nada isoladamente, sem ouvir quem faz a economia acontecer no Amazonas.

Tema: conectividade

Participante: Danielle Jaime (Secretária – SEDURB)

Bom dia. Um projeto assim tão interessante, também envolve conectividade. Hoje há trechos sem comunicação. Seria possível incluir alguma previsibilidade nesse sentido?

Resposta: No lote da AM-070 já está prevista a implantação de infraestrutura para monitoramento. A utilização dessa infraestrutura para fornecimento de sinal aos usuários é uma possibilidade, já que o maior custo tende a ser implementado. É um aspecto interessante para consideração.

Tema: impacto socioeconômico do projeto

Participante: Luann Lobo (CORECON)

Bom dia. Parabenizo a equipe da CADA e da UGPE. Minha dúvida: não foi muito falado sobre impacto econômico — geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida. Poderiam comentar mais?

Resposta: Todo projeto tem estudo de *Value for Money*, que mostra a vantajosidade da PPP. Os benefícios aqui são *ex ante*, ou seja, potenciais, e precisam ser avaliados ao longo da implementação. Em geral, projetos assim reduzem acidentes, melhoram qualidade viária, reduzem congestionamentos e trazem impactos ambientais positivos. Esses benefícios têm desdobramentos econômicos: aumento de produtividade, melhora da economia regional e ganhos logísticos. Recomendamos acompanhamento *ex post* para medir magnitude e ajustar rotas, porque resultados podem diferir do esperado.

Tema: consulta a comunidades impactadas

Participante: Saulo Marciel (Instituto IDS)

Bom dia. Represento o terceiro setor. Parabenizo pelo evento. Gostaria de saber como será o processo de consulta, considerando comunidades no entorno, povos tradicionais e comunidades diretamente impactadas, dado o fluxo e obras complexas.

Resposta: O processo de diálogo vem sendo construído ao longo do tempo. Os documentos foram disponibilizados com ampla divulgação. Este é mais um momento de diálogo com a sociedade, para sanar dúvidas e receber contribuições para melhoria do projeto. Houve preocupação com a área local ao longo da elaboração, incluindo pesquisa de campo e estudos com quem conhece a operação. Além disso, houve consulta pública por 30 dias. Seguimos abertos a contribuições.

4. Considerações Finais

A realização da Audiência Pública constituiu etapa essencial do processo de estruturação do projeto de concessão administrativa das rodovias estaduais AM-010, AM-070, AM-254, AM-352 e AM-363, assegurando transparência, publicidade e participação social na consolidação da modelagem proposta.

A sessão contou com a presença de **44 (quarenta e quatro) participantes**, entre representantes de órgãos públicos, entidades de classe, setor produtivo e sociedade civil, demonstrando o interesse institucional e social no projeto. Durante a fase de participação oral, foram registradas **9 (nove) contribuições e questionamentos** apresentados pelos participantes presentes, os quais foram devidamente consignados em ata e nos registros oficiais da audiência.

As manifestações apresentadas revelaram-se pertinentes e relevantes ao aprimoramento do projeto, abordando aspectos técnicos, operacionais, ambientais e institucionais relacionados à futura concessão. Ressalta-se que tais contribuições constituem instrumento legítimo de controle social e colaboram para o aperfeiçoamento da modelagem, fortalecendo a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a aderência do projeto às necessidades da sociedade.

Todas as perguntas e contribuições apresentadas durante a Audiência Pública foram devidamente respondidas no momento da sessão, conforme registrado em ata e nos registros oficiais em áudio e vídeo. Ademais, todas as manifestações registradas serão analisadas pela equipe técnica responsável, observando-se os princípios da legalidade, transparência, eficiência e supremacia do interesse público, podendo subsidiar eventuais ajustes e aperfeiçoamentos na estruturação final do projeto.

Reitera-se o compromisso institucional com a ampla divulgação das informações, com a publicação do relatório consolidado de respostas no prazo estabelecido no regulamento e com a continuidade do diálogo transparente com a sociedade.

Por fim, registra-se que a Audiência Pública foi formalmente encerrada após o cumprimento de todas as etapas previstas no Regulamento da Audiência Pública nº 001/2026, consolidando-se como instrumento efetivo de participação social e governança na implementação de políticas públicas voltadas à modernização e à gestão estruturada da infraestrutura rodoviária estadual.